



**CLIPPING INTERNET**  
**26/10/2021 ATÉ 26/10/2021**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	CEMULHER	
	2.1 SITE O MARANHENSE.....	2
3	CNJ	
	3.1 BLOG DO EDUARDO REGO.....	3
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	4
	4.2 BLOG MARCO DEÇA.....	5
	4.3 BLOG WERBETH SARAIVA.....	6
	4.4 SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR).....	7
	4.5 SITE DIREITO DESCOMPLICADO.....	8
	4.6 SITE STJ.....	9
5	ESMAM	
	5.1 SITE O MARANHENSE.....	10
6	INSTITUCIONAL	
	6.1 BLOG DO NETO FERREIRA.....	11
7	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	7.1 SITE CNJ.....	12
	7.2 SITE O MARANHENSE.....	13

## **Cartórios passam a receber denúncias de violência doméstica**

Campanha Sinal Vermelho auxiliará mulheres de modo discreto e sigiloso

A partir desta segunda-feira (25), os mais de 13 mil cartórios brasileiros passam a ser pontos de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica. As unidades agora integram a campanha Sinal Vermelho, que visa incentivar e facilitar denúncias de qualquer tipo de abuso dentro do ambiente doméstico.

Por meio de um símbolo, um X desenhado na palma da mão, as vítimas poderão, de maneira discreta, sinalizar ao colaborador do cartório a situação de vulnerabilidade, e este poderá acionar a polícia.

A ação nacional é permanente e envolve a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg/BR), entidade que representa todos os cartórios do país, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa está prevista em uma lei sancionada em junho deste ano.

Para integrar os cartórios à iniciativa, a Anoreg/BR produziu e disponibilizou uma série de materiais a suas unidades de todo o país, como vídeos, cartilha, cartazes e material para as redes sociais, como forma de preparar os funcionários para oferecer auxílio. As mulheres serão abrigadas em uma sala reservada de cada unidade, de onde poderão registrar a denúncia e acionar as autoridades. Caso a vítima não queira, ou não possa ter auxílio no momento, os funcionários deverão anotar seus dados pessoais, como nome, CPF, RG e telefone, para depois comunicar a denúncia às autoridades responsáveis.

Segundo dados da AMB, mais de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual entre agosto de 2020 e julho de 2021, número que representa 24,4% da população feminina com mais de 16 anos residente no Brasil. Já as chamadas para o número 180, serviço que registra e encaminha denúncias de violência contra a mulher, tiveram aumento de 34% em comparação ao mesmo período do ano passado, conforme balanço do governo federal. Ao longo de 2020, foram registradas 105.671 denúncias de violência contra a mulher pelo Disque 180. As informações são da Agência Brasil.

## Gestão Braide aparece em 51º lugar no ranking da Transparência do TCE

26/10/2021 09:27:58

A gestão de Eduardo Braide (Podemos) aparece em 51º lugar no ranking de Avaliação dos Portais de Transparência realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA).

O Executivo da capital maranhense aparece com nota 8.59 ficando com nível B no quesito transparência.

Segundo os dados, São Luís ficou atrás das cidades de Lago da Pedra, Vitorino Freire, Anajatuba, Trizidela do Vale, São João do Paraíso, Itinga do Maranhão, Imperatriz, Axixá, Timon, Buritirana, Lago dos Rodrigues, Lima Campos, Barão de Grajaú, Sucupira do Norte, Rosário, Fortaleza dos Nogueiras, Coroatá, Igarapé Grande, Bom Jesus das Selvas, Conceição do Lago-Açu,

Araguanã, Cantanhede, Central do Maranhão, Fernando Falcão, Paraibano, Gonçalves Dias, Marajá do Sena, João Lisboa, Água Doce do Maranhão, Monção, Santa Quitéria do Maranhão, Governador Edison Lobão, Campestre do Maranhão, Governador Archer, Açailândia, Arari, Lagoa do Mato, Alto Alegre do Pindaré, Bacabal, São João Batista, São Benedito do Rio Preto, Balsas, Cidelândia, Coelho Neto, Lago Verde, Amarante do Maranhão, Humberto de Campos, Santa Inês, Loreto.

O resultado da fiscalização consiste na verificação dos Portais da Transparência dos Poderes e Órgãos a fim de averiguar o cumprimento das exigências estabelecidas na Instrução Normativa nº 59/2020 - TCE/MA.

A avaliação passou a ser realizada a partir de 2020 por meio de procedimento de Avaliação Geral da Transparência dos Municípios (Prefeituras e Câmaras) e do Estado (Governo Estadual, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública).

Buscando dar maior efetividade ao acompanhamento da transparência e contribuir com o controle social, o TCE está divulgando os resultados obtidos na consulta aos sítios eletrônicos dos seus jurisdicionados.

A Lei Complementar nº 131/09 determina que os entes federativos divulguem, em meios eletrônicos de fácil acesso público, em tempo real, informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira. Compete aos tribunais de contas a fiscalização dessa exigência legal.

## **Detinha endossa discurso de Josimar sobre perseguição do Gaeco e Polícia Civil**

A deputada estadual Detinha (PL) endossou, nesta terça-feira, 26, o discurso do marido, o deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL), de que ambos teriam sido alvo de perseguição política na Operação Maranhão Nostrum, do Gaeco e da Polícia Civil, que os acusa de participar de um esquema que pode ter desviado até R\$ 159 milhões em recursos públicos destinados a prefeituras ligadas ao grupo.

A parlamentar falou sobre o assunto em pronunciamento na Assembleia Legislativa e foi apoiada pelos deputados Hélio Soares, Leonardo Sá e Vinícius Louro, todos da bancada do PL na Casa.

O deputado César Pires (PV) solicitou posicionamento público da Procuradoria da Mulher da Assembleia em defesa de Detinha. Manifestaram-se, ainda, os deputados Zé Inácio (PT), Fábio Braga (SD) e Socorro Waquim (MDB).

### **Suspensão**

Os atos referentes à Operação Maranhão Nostrum estão suspensos desde a sexta-feira passada, 22, quando desembargador Antônio Bayma Araújo, do Tribunal de Justiça do Maranhão, concedeu liminar em mandado de segurança protocolado pelos advogados do ex-prefeito de Araguañã Valmir Amorim (PL), também alvo da ação, e anulou a decisão do juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal de São Luís, determinando a paralisação de toda a investigação. Ele também determinou a devolução de bens apreendidos.

O argumento é o de que a competência para julgar o caso seria do próprio TJ, uma vez que Josimar era deputado estadual quando dos fatos investigados.

A decisão vale até o julgamento do mérito do mandado de segurança impetrado pela defesa do parlamentar (saiba mais).

## **Bolsonaro pode tornar Josimar principal nome da oposição no Maranhão em 2022**

Sem a presença de Roseana Sarney e Roberto Rocha no páreo - e com Edivaldo Júnior mantido como espécie de linha auxiliar pelo próprio Flávio Dino - entrada do presidente da República no PL pode alavancar a candidatura do deputado federal ao governo

Forte no PL de Valdemar da Costa Neto, Josimar ganha mais força como candidato a governador com a possível entrada de Bolsonaro no partido

Uma notícia divulgada ontem nos principais portais nacionais de notícia - segundo a qual o presidente Jair Bolsonaro foi convidado oficialmente para filiar-se ao PL - pode dar novos rumos ao processo eleitoral de 2022 no Maranhão.

O primeiro impacto é transformar o deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL) no principal nome da oposição ao governo Flávio Dino (PSB).

Dino mantém quatro pré-candidatos em sua base - o vice-governador Carlos Brandão (PSDB), o senador Weverton Rocha (PDT) e os secretários Simplício Araújo (Solidariedade) e Felipe camarão (PT) - além de uma espécie de linha-auxiliar na candidatura do ex-prefeito de São Luís, Edivaldo Júnior (PSD).

Sem a presença no páreo da ex-governadora Roseana Sarney (MDB) e do senador Roberto Rocha (sem partido), o governo iria passear na eleição de 2022 qualquer que fosse o resultado, já que a disputa se daria apenas entre aliados.

Com Bolsonaro no PL, Josimar de Maranhãozinho ganha fôlego, tornando-se o principal candidato da oposição, já que o prefeito de São Pedro dos Crentes, Lahésio Rodrigues (sem partido) ainda não deslançou.

É a segunda notícia positiva para Josimar em menos de uma semana.

Na semana passada, o Tribunal de Justiça do Maranhão viu irregularidades na operação do Ministério Público que invadiu os endereços do deputado, no início de outubro, e determinou a anulação do inquérito.

A relação política com o próprio Bolsonaro já era próxima antes mesmo desta possibilidade de filiação no PL.

E agora, o deputado ganha uma alavanca importante na disputa maranhense.

Qualquer que seja o cacife eleitoral do presidente em 2022...

## **Deputados questionam presidência da Assembléia sobre inércia após suposta operação ilegal contra deputada**

A deputada estadual Detinha (PL), segunda vice-presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, partiu para cima do presidente da Casa, Othelino Neto (PCdoB), por ter ficado inerte sobre a suposta operação ilegal do Ministério Público e do Judiciário.

“Solidariedade e nota eu aguardei até agora”, disse Detinha em discurso endereçado a Othelino. Vários deputados, governistas e de oposição, cobraram da diretoria jurídica do parlamento e da própria presidência, um posicionamento mais duro.

Na época da operação, alguns deputados chegaram a declarar apoio à Detinha e ao deputado federal Josimar Maranhãozinho (PL). Quem puxou o desagravo da ação foi o deputado estadual Wellington do Curso. Na ocasião nem Detinha, nem Othelino estavam na sessão.

Othelino confidenciou que agiu da forma que julga o certo: na calada, nos bastidores. O presidente da Alema disse que ligou para o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, e este lhe disse que a operação foi feita toda dentro dos critérios técnicos e jurídicos. E Othelino aceitou a defesa do membro do Ministério Público, deixando a Casa legislativa suscetível a outras ações da mesma natureza.

Na semana passada, a Justiça anulou as buscas do Gaeco e Seccor em operação contra Josimar que também atingiu a deputada Detinha. O desembargador Bayma Araújo, do Tribunal de Justiça do Maranhão, entendeu que primeira instância do judiciário era incompetente para atuar no caso. Bayma também suspendeu o processo investigatório criminal relacionado à apuração.

## **CNJ inaugura serviços de atenção a pessoas egressas no Maranhão**

25 de outubro de 2021 Notícias CNJ / Agência CNJ de Notícias

CNJ inaugura serviços de atenção a pessoas egressas no Maranhão Inauguração do Escritório Social em Itapecuru Mirim- Foto: Ascom Prefeitura Itapecuru

O Conselho Nacional de Justiça inaugurou, nesta semana, no Maranhão, iniciativas voltadas às pessoas egressas do sistema prisional: unidades do Escritório Social em São Luís e Itapecuru Mirim, e a Rede de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional (Raesp). O objetivo é a garantia de direitos das pessoas egressas do sistema prisional e de familiares, fortalecendo e potencializando ações e políticas voltadas para esse público.

Em São Luís, a solenidade de inauguração do Escritório Social aconteceu na Central Integrada de Alternativas Penais e Inclusão Social (Ciapis), que abrigará a unidade por meio de convênio entre Judiciário e Executivo. Representando o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, o desembargador Vicente de Paula Gomes ponderou que a ressocialização é uma atividade complexa que demanda atuação intersetorial e interinstitucional. “Precisamos direcionar todo o nosso trabalho no sentido de buscar a dignidade do interno como indivíduo e pessoa de direito”.

Para o secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, as iniciativas fomentadas pelo CNJ são fundamentais para o avanço na política penitenciária. “Afim, o trabalho com os egressos é o pontapé final para que possamos construir esse círculo virtuoso, preparando e encaminhando essas pessoas para o retorno ao convívio social, devidamente capacitadas e acolhidas por essa rede”.

O coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), Luís Lanfredi, destacou o engajamento estadual para realizar justiça social e penitenciária e a importância da presença do Estado na porta de saída do sistema penal. “A intenção é evitar que essa pessoa retorne à prisão, e para isso o Estado tem de estar presente, permitindo que se criem condições para estabilidade social”, pontuou.

Em Itapecuru Mirim, a inauguração reuniu representantes do Executivo e do Judiciário, incluindo a juíza da 1ª Vara de Itapecuru-Mirim, Jaqueline Cunha, e o prefeito Benedito Coroba. “Essa iniciativa, facilitando que o apenado possa voltar à sociedade e exercer sua vida normalmente, é um trabalho importantíssimo que desenvolveremos em parceria com o Poder Judiciário”, destacou Coroba.

Criado em 2016 pelo CNJ, o Escritório Social atende pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares, facilitando serviços de assistência social, saúde, educação, acompanhamento jurídico e qualificação profissional. A partir de 2019, a expansão e qualificação dos Escritórios Sociais integra as ações da parceria entre CNJ e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), para superação de desafios no campo da privação de liberdade, hoje o programa Fazendo Justiça. Atualmente, são 28 unidades do Escritório Social em funcionamento em 19 estados.

### **Trabalho em rede**

A unidade maranhense da Rede de Apoio às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (Raesp) foi lançada em solenidade no Fórum de São Luís. Iniciada no Rio de Janeiro em 2006, a Raesp é formada por instituições, coletivos e membros individuais que trabalham para a facilitação do acesso a serviços de referência e políticas públicas sociais diversas, reduzindo vulnerabilidades e qualificando o retorno à convivência em liberdade. Por meio do fomento do CNJ pelo programa Fazendo Justiça, a rede agora está presente em outros seis estados.

“Essa rede irá tentar amenizar a distorção histórica e social existente em relação aos egressos, sobretudo a população negra e menos favorecida, a mais alcançada pela justiça criminal, infelizmente. Afim, mesmo libertas, essas pessoas carregam consigo preconceito e discriminação da sociedade”, pontuou o desembargador Vicente de Paula Gomes durante o lançamento.

Representando as organizações da sociedade civil, a assistente social Dália Almeida, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, falou sobre a necessidade de engajamento da sociedade. “Sabemos que a formação de toda rede, que se propõe realmente a olhar para uma questão social, prescinde da presença da sociedade civil organizada. O nascimento da Raesp durante este contexto histórico, social e político atual é um grande avanço”,

ressaltou.

A difusão dos Escritórios Sociais e das Raesps integra a política judiciária de atenção a egressos, instituída pela Resolução CNJ n. 307/2019.

Renata Assumpção

Agência CNJ de Notícias,

com informações da SEAP-MA, TJMA e Ascom da Prefeitura de Itapecuru Mirim

## **Martins permite retomada de imóvel em programa de fomento econômico**

Por constatar subutilização do imóvel e grave lesão à ordem administrativa ou à economia pública, o ministro Humberto Martins, presidente do Superior Tribunal de Justiça, suspendeu a posse de um empresário sobre um imóvel, recebido em um programa estatal de fomento econômico. O bem deverá ser desocupado para que o governo do Maranhão possa lhe dar outra destinação.

O Tribunal de Justiça estadual havia determinado a reintegração de posse em favor do Estado. O empresário ajuizou ação rescisória e conseguiu uma liminar que suspendeu a desocupação e o manteve na posse do bem.

Ao STJ, o governo maranhense afirmou que a decisão impediria "a consecução de programa de fomento do desenvolvimento econômico e social" que busca atrair investimentos e gerar empregos no estado.

O ministro relator acolheu os argumentos e concordou que a liminar impediria a continuidade de uma "política pública relevante e que envolve vultosas quantias em investimentos". Ele observou que o investimento público é de R\$ 22 milhões e gera mais de 430 empregos.

Martins indicou que, conforme um relatório de campo, os ocupantes do imóvel "não fizeram nenhum investimento gerador de empregos, quando comparado aos investimentos envolvidos no programa de fomento feito pelo Estado em parceria com outras empresas privadas". Com informações da de imprensa do STJ.

[Clique aqui para ler a decisão](#)  
SL 3.006

## STJ suspende liminar que impedia o Maranhão de retomar imóvel subutilizado em programa de fomento econômico

Por Marcio Vilhena - outubro 25, 2021 02

STJ suspende liminar que impedia o Maranhão de retomar imóvel subutilizado em programa de fomento econômico

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, suspendeu nesta segunda-feira (25) a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) que manteve a posse de um empresário sobre imóvel recebido no âmbito de programa de fomento econômico, apesar da inexistência de investimentos ou empregos no local.

Com a decisão do STJ, o imóvel deverá ser desocupado, para que o governo estadual possa lhe dar outra destinação.

“O imóvel vem sendo subutilizado, já que se constatou que os particulares que o ocupam não fizeram nenhum investimento gerador de empregos, quando comparado aos investimentos envolvidos no programa de fomento feito pelo Estado em parceria com outras empresas privadas”, afirmou o ministro.

O empresário ajuizou ação rescisória para desconstituir acórdão do TJMA que havia determinado a reintegração de posse em favor do Estado e a desocupação do imóvel. A liminar concedida pela corte estadual, em decisão monocrática, suspendeu a desocupação, mantendo o autor da rescisória na posse do bem.?????????

Para o ministro Humberto Martins, a decisão do TJMA prejudicava o desenvolvimento econômico e social da região.?

No pedido de suspensão da liminar, o governo do Maranhão afirmou que a decisão configura lesão à ordem e à economia públicas, pois impede “a consecução de programa de fomento do desenvolvimento econômico e social” que busca “atrair investimentos e a consequente geração de empregos para uma das unidades da Federação econômica e socialmente mais deficitárias”.

### Investimentos e empregos no futuro

Segundo o ministro Humberto Martins, os documentos e argumentos apresentados no pedido de suspensão demonstram que a decisão liminar proferida pelo TJMA prejudica o desenvolvimento econômico e social da região, “possibilitando que o imóvel em questão continue sendo utilizado por particular, em detrimento da implantação de projetos públicos de investimento da ordem de R\$ 22 milhões, com geração de mais de 430 empregos”.

“O requerente demonstrou, de maneira inequívoca, a grave lesão à ordem administrativa ou à economia pública, decorrente da manutenção impugnada, que bloquearia o desenvolvimento econômico da região e impediria o Estado de desenvolver política pública relevante e que envolve vultosas quantias em investimentos”, acrescentou Martins.

Leia a decisão na SLS 3.006.

Fonte STJ

## **Comitiva do TJMA visita o Judiciário do Amazonas para conhecer atividades relacionadas à gestão documental**

Para alinhar ações nas áreas de gestão documental e de gestão da memória, uma comitiva formada por três representantes do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) esteve em Manaus visitando unidades do Poder Judiciário do Amazonas e conhecendo as atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM).

A visita, que ocorreu entre os dias 5 e 7 de outubro de 2021, teve a presença da coordenadora de Biblioteca e Jurisprudência, Cíntia Valéria Andrade; do coordenador de Arquivo e Gestão Documental do TJMA, Christofferson Melo; e da chefe da Divisão de Acervos, Leila Vale. A comitiva conheceu o Museu do Judiciário do Amazonas (Mujam); a biblioteca do Tribunal; e a sede do Arquivo Central Júlia Mourão de Brito.

Os técnicos do TJMA também receberam informações sobre as práticas e sistemas de gestão de documentos e de desarquivamento, bem como sobre o Repositório Digital Arquivístico Confiável (RDC-Arq). O Tribunal do Maranhão inaugurou recentemente o museu do judiciário.

A comitiva do Judiciário maranhense foi recebida, na sede do TJAM pelo desembargador Délcio Santos, que preside a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Tribunal de Justiça do Amazonas (CPAD/TJAM), no dia 7 de outubro. Da reunião, realizada no gabinete do desembargador, também participou o gerente do Arquivo Central e membro da CPAD/TJAM, Manoel Pedro de Souza Neto.

### **INAUGURAÇÃO DO MUSEU**

No dia 21 de setembro de 2021, o Poder Judiciário maranhense inaugurou o Museu "Desembargador Lauro de Berredo Martins", localizado no Solar dos Veras, anexo ao Centro Administrativo do TJMA, antigo prédio da Assembleia Legislativa, na Rua do Egito, Centro, São Luís.

O acervo conta com documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como jornais, fotos diversas - inclusive de várias mudanças por que passou o Tribunal -, móveis, selos, medalhas, máquinas de escrever, livros e outras publicações - algumas anteriores à própria existência do TJMA.

### **ARQUIVO JUDICIÁRIO**

O Arquivo do Tribunal de Justiça possui um acervo que guarda documentos processuais manuscritos, datilografados e impressos que datam a partir do século XVIII de várias Comarcas do estado.

Além disso, também há diversas obras raras como códices, livros de registro de testamentos, registros gerais e registro de notas de comarcas, tais como o Livro de Registro de Notas da Comarca de Viana 1776-1791, e o Regimento da Relação de 1813 e a Carta da Relação do Maranhão de 1832, que são os documentos de nascimento do Tribunal de Justiça do Maranhão, o terceiro mais antigo do país, instituído em 1811 e instalado

somente em 4 de novembro de 1813.

## Judiciário de Bacuri contribui para implantação da Casa da Mulher Apicum-Açuense

26/10/2021 02:01:00

O termo judiciário de Apicum-Açu vai receber uma casa para acolher mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade. É a Casa da Mulher Apicum-Açuense, um projeto do Judiciário de Bacuri, abraçado pelos vereadores de Apicum-Açu. Na última semana, uma reunião entre representantes do legislativo, quatro vereadoras, e Judiciário determinou que a casa será implantada a partir do primeiro bimestre de 2022, sendo que a Câmara de Apicum-Açu já aprovou o Projeto de Lei que cria a casa. O projeto Casa da Mulher é de autoria da servidora Jéssica de Oliveira Rodrigues, secretária judicial do Fórum de Bacuri.

A Casa da Mulher Apicum-Açuense será gerida pelo Município de Apicum-Açu, em parceria com o Tribunal de Justiça, através da Coordenadoria Estadual da Mulher - CEMULHER e Fórum de Bacuri. "Nós já temos as parcerias destes profissionais dos municípios que estão fazendo cursos na ESMAM, como exemplo foi o círculo formativo, onde tivemos duas psicólogas e duas assistentes sociais dos municípios que fazem parte da comarca. A casa servirá, ainda, para trabalhar a conscientização do homem, seja agressor ou não. Lá, teremos palestras de vários temas, como Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente, a Constituição e seus Direitos Fundamentais, para citar alguns", ressaltou Jéssica.

Participaram da reunião as vereadoras Girle Monteiro (presidente da Câmara), Izanilde Nunes, Ivanira Moreno, Iranilde Caldas, e o procurador da Câmara de Vereadores de Apicum-Açu, Alexandre Pessoa.

### O PROJETO

A Casa da Mulher Apicum-Açuense tem a função de acolher, em todos os sentidos, mulheres e crianças em estado de vulnerabilidade, oferecendo serviços educacionais, psicológicos, de saúde, justiça e cidadania. "Objetiva, ainda, a busca do fortalecimento destes cidadãos, tendo o poder público e a sociedade civil como parceiros nessa luta contra a violência, bem como fazer valer os direitos e as lutas destes indivíduos, tendo um lugar que lhes dê apoio especializado", explica a autora do projeto.

"A violência doméstica e familiar contra a mulher deve ser entendida como uma modalidade de violência de gênero, a qual muito assola e preocupa a sociedade e coloca as mulheres em posição de opressão e exposição a crimes, especialmente, aquelas mais carentes e que dependem de uma atuação efetiva do Estado para a repressão de tais delitos. A Lei Maria da Penha, embora seja inegavelmente uma conquista legislativa para a proteção das mulheres, tem sido de grande discussão a sua efetividade prática, tendo em vista o crescente número de casos de violência de gênero contra a mulher noticiados na mídia", justificou Jéssica no projeto.

## **Semana de Mobilização e Combate ao Sub-registro começa nesta terça, 26**

Tem início nesta terça-feira, 26, a "Semana de Mobilização e Combate ao Sub-registro 2021", que reunirá magistrados e especialistas convidados em torno do debate de palestras referentes às políticas públicas de combate ao sub-registro, que atinge cerca de 5% da população do Maranhão.

A Semana será realizada pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), por meio do Núcleo de Registro Civil, e conta com o apoio do Tribunal de Justiça do Estado e Escola da Magistratura do Maranhão (ESMAM), Governo do Estado e da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN).

O evento acontece de 26 a 27 de outubro e será transmitido abertamente pela plataforma social youtube da CGJ-MA, na internet. Para assistir à programação não será necessária inscrição prévia. Durante os dois dias, especialistas convidados vão expor sobre direitos humanos e cidadania, novas tecnologias a serviço do Registro Civil e cooperação institucional na política de combate ao sub-registro de crianças e adultos.

O Protocolo de Intenções 01/2020, assinado em 14 de dezembro de 2020, deu origem à Rede de Combate ao Sub-registro no Maranhão, da qual fazem parte Tribunal de Justiça; Corregedoria Geral da Justiça; Governo do Estado (secretarias de Direitos Humanos e Participação Popular e de Saúde); Ministério Público; Defensoria Pública; Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) e ARPEN.

### **PROGRAMAÇÃO**

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, vão abrir os trabalhos da Semana, com pronunciamentos. Os painéis terão início às 10h, com o tema "Biometria Neonatal", com o diretor do Departamento de Educação em Direitos Humanos do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Jailton Nascimento, e moderação do corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten. Em seguida, a jornalista, professora e pesquisadora Fernanda da Escóssia fará a exposição do painel "Os invisíveis", com moderação da juíza Jaqueline Reis Caracas, coordenadora do Núcleo de Registro Civil da CGJ-MA.

À tarde, às 15h30, o secretário estadual de direitos humanos e participação popular, Francisco Gonçalves, apresentará o painel "Atuação Articulada dos Atores da Rede de Cooperação no Combate ao Sub-registro", moderado pelo juiz Anderson Sobral, auxiliar da CGJ.

Mais informações em:

<https://omaranhense.com/semana-de-mobilizacao-e-combate-ao-sub-registro-comeca-nesta-terca-26/>

## **UMF/TJMA e DMF/CNJ fazem visita ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas**

O Tribunal de Justiça do Maranhão - por meio da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA) - coordenada pelo desembargador Marcelo Carvalho Silva, acompanhou, na manhã de sexta-feira (22), a visita da comitiva do Conselho Nacional de Justiça, por intermédio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo (DMF/CNJ), ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A visita da comitiva do DMF/CNJ teve como objetivo conhecer as instalações das UPSL3, UPSL5, UPSL6 e Centro de Triagem, bem como as frentes de trabalho desenvolvidas pelos internos.

Além disso, a visita teve como oportunidade o "monitoramento das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos para o Brasil", recém-criada estrutura vinculada ao DMF/CNJ (<https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/relacoes-internacionais/monitoramento-e-fiscalizacao-das-decisoes-da-corte-idh/sobre-a-umf-cnj/>).

Visitaram as unidades prisionais do Complexo de Pedrinhas, o juiz auxiliar da Presidência do CNJ e coordenador do DMF/CNJ, Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi, a coordenadora Executiva da UMF/CNJ, Isabel Penido Machado, a diretora Executiva DMF/CNJ, Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa, a chefe de Gabinete do DMF/CNJ, Renata Chiarinelli Laurino, o coordenador geral substituto da UMF/TJMA, juiz Marcelo Moreira, a coordenadora Executiva da UMF/TJMA, Thaís Muniz e o juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJMA), Márcio Castro Brandão.

Toda a visita foi acompanhada pelo secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, pelo secretário Adjunto de Modernização e Articulação Institucional, Fredson Maciel, e pela secretária Adjunta de Atendimento e Humanização, Kelly Carvalho.

## **STJ suspende liminar que impedia o Maranhão de retomar imóvel subutilizado em programa de fomento econômico**

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, suspendeu nesta segunda-feira (25) a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) que manteve a posse de um empresário sobre imóvel recebido no âmbito de programa de fomento econômico, apesar da inexistência de investimentos ou empregos no local.

Com a decisão do STJ, o imóvel deverá ser desocupado, para que o governo estadual possa lhe dar outra destinação.

"O imóvel vem sendo subutilizado, já que se constatou que os particulares que o ocupam não fizeram nenhum investimento gerador de empregos, quando comparado aos investimentos envolvidos no programa de fomento feito pelo Estado em parceria com outras empresas privadas", afirmou o ministro.

O empresário ajuizou ação rescisória para desconstituir acórdão do TJMA que havia determinado a reintegração de posse em favor do Estado e a desocupação do imóvel. A liminar concedida pela corte estadual, em decisão monocrática, suspendeu a desocupação, mantendo o autor da rescisória na posse do bem.?????????

Para o ministro Humberto Martins, a decisão do TJMA prejudicava o desenvolvimento econômico e social da região.?

No pedido de suspensão da liminar, o governo do Maranhão afirmou que a decisão configura lesão à ordem e à economia públicas, pois impede "a consecução de programa de fomento do desenvolvimento econômico e social" que busca "atrair investimentos e a consequente geração de empregos para uma das unidades da Federação econômica e socialmente mais deficitárias".

Investimentos e empregos no futuro

Segundo o ministro Humberto Martins, os documentos e argumentos apresentados no pedido de suspensão demonstram que a decisão liminar proferida pelo TJMA prejudica o desenvolvimento econômico e social da região, "possibilitando que o imóvel em questão continue sendo utilizado por particular, em detrimento da implantação de projetos públicos de investimento da ordem de R\$ 22 milhões, com geração de mais de 430 empregos".

"O requerente demonstrou, de maneira inequívoca, a grave lesão à ordem administrativa ou à economia pública, decorrente da manutenção impugnada, que bloquearia o desenvolvimento econômico da região e impediria o Estado de desenvolver política pública relevante e que envolve vultosas quantias em investimentos", acrescentou Martins.

Leia a decisão na SLS 3.006.